

Protocolado: CGA nº 416/17 - SPdoc.SG - 1203885/2017

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Unidade/Secretaria: Secretaria da Fazenda

Assunto: Solicita providências quanto à determinação judicial em face da Fazenda

Estadual de São Paulo, para o cumprimento da obrigação de fazer em favor

de e outros.

Senhor Presidente,

Trata-se de ofício encaminhado pela 14ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central da Comarca da Capital, referente ao não cumprimento de decisão judicial na ação movida por e outros (**Processo Físico nº 0000155-68.2005.8.26.0053**) contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, a fim de serem apuradas responsabilidades pessoais, nos seguintes termos:

"Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria providências para cumprimento da decisão de seguinte teor: 'Vistos. A multa está a fluir. Oficie-se à Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo e à Corregedoria Geral da PGE para apurar responsabilidades pessoais, inclusive em regresso quanto ao pagamento da multa aqui fixada. No mais, renove-se a intimação da FESP para, em até 10 dias, cumprir o determinado a fls. 155. Na omissão, a multa, que já está a fluir, será majorada. Int...' (sic) (grifo no original) (fl. 02)

Às fls. 05, consta cópia do mandado de intimação expedido ao Procurador Geral do Estado, a fim de que fossem fornecidas as planilhas de cálculos dos valores devidos aos exequentes.





Dessa forma, foi oficiado à Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda, com cópia integral do presente protocolado, para informar quanto ao não cumprimento da decisão judicial supra referida, com relação à apresentação das planilhas contendo os valores devidos aos autores, vide fl. 03.

Em resposta, aportou nesta Corregedoria o Ofício nº 94/2018, em 07/02/2018 encaminhando cópia das informações prestadas pela Coordenadoria da Administração Financeira – CAF da Pasta, Informação nº 00004/2018 do Centro de Informações ao Poder Judiciário (fls. 17/19 e 19-v), que se pronunciou conforme segue:

(...)

"Em relação ao assunto, salientamos que compete a esta Pasta única e exclusivamente a apresentação de informes oficiais nos termos do artigo 730 do CPC para liquidação nos autos, em forma de Obrigação de Pequeno Valor – OPV ou precatório, entre o período/interstício dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação (prescrição quinquenal) até a véspera do início do pagamento administrativo.

No caso em tela, <u>os autores são policiais militares (fls. 18), de forma</u> que a competência tanto para o apostilamento quanto para os cálculos é do <u>Centro Integrado de Apoio Financeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo — CIAF/PM, uma vez que os interessados não integram a folha de pagamento desta Secretaria, cabendo àquela Milícia atender a requisição judicial." (sic) (g.n.)</u>

Em continuidade aos trabalhos correcionais, e após o relatório de fls.23/25, aportou nesta Corregedoria Geral da Administração o documento SPdoc SG 351822/2018, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, contendo o Ofício nº CAJ-643/400/18 e documentos anexos (fls.29/58) em resposta ao Ofício CGA nº 268/2018.

Esclarece no aludido ofício o Coordenador de Assuntos Jurídicos, o que segue:



CGA Fls. \\\



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

"(...)

Impende esclarecer que o direito dos interessados foi apostilado no DOE nº 100, de 30MAI14, conforme anexo "3" e os cálculos dos valores atrasados foram elaborados pelo Centro Integrado de Apoio Financeiro da Instituição (CIAF), conforme a planilhas de cálculos nº CIAF-944/312/17, conforme anexo "4".

nº CIAF-944/312/17, conforme anexo "4".

Esclareço ainda que tais informações (apostilamento e planilha de cálculos), foram enviadas a Procuradora do feito,

da Procuradoria Judicial/PGE, em 02JUN17, conforme anexo "2", para juntada aos autos do processo.

Em complemento, necessário apontar as manifestações ofertadas pela Procuradora

anexo "5", e mensagem eletrônica, anexo "6", que descreve em relação ao acumulo de serviço, bem como sobre a devida apresentação pretérita das planilhas (reencaminhadas neste), assim reforçando

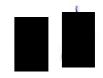
que os atos determinados à Polícia Militar do Estado de São Paulo

Às fls. 55/56, em missiva de 18/10/2017 a Senhora Procuradora do Estado, informa a Meritíssima Senhora Juíza da 14ª Vara de Fazenda Pública, o atendimento ao requerido em razão do **Processo 0000155-68.2005.8.26.0053**, e esclarece:

foram cumpridos em momento oportuno." sic

"(...)

Outrossim esclareço que há acumulo de serviço nas Secretarias por isso a demora no envio bem como nas Bancas da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO que hoje conta com





número escasso de PROCURADORES trabalhando além do limite do suportável." (sic)

Consultado o site do Tribunal de Justiça de São Paulo, fls. 59/60, encontramos **Decisão Interlocutória**, de 22 de março do corrente exercício, da Senhora Juíza que acolhe os termos da Procuradora do Estado.

"(...)

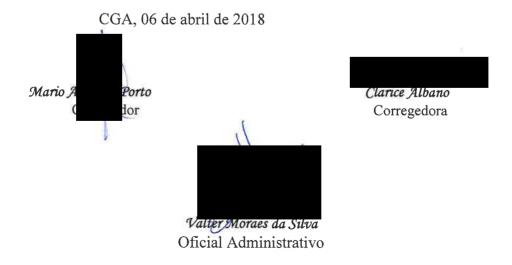
A obrigação foi cumprida e a demora para o atendimento da determinação judicial foi justificada pela d. Procuradora do Estado no feito.

Assim, oficie-se à E. Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo e a E. Corregedoria Geral da PGE, informando o cumprimento da obrigação pela FESP, sendo julgada, inclusive, extinta.

Int., servindo a presente como ofício." (sic)

Conforme exposto, estão esgotados os trabalhos correcionais, sendo assim, propomos o arquivamento do presente protocolado.

É o relatório que submetemos à consideração superior.





Protocolado: CGA n° 416/17 - SPdoc.SG - 1203885/2017

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Unidade/Secretaria: Secretaria da Fazenda

Assunto: Solicita providências quanto à determinação judicial em face da Fazenda

Estadual de São Paulo, para o cumprimento da obrigação de fazer em favor

e outros.

1. Ciente dos termos do relatório retro.

- 2. Em conformidade com a sugestão oferecida, arquive-se o presente feito.
- 3. Assim, nos termos do § 4°, do artigo 11, da Portaria CGA/ADM nº 006/2016, encaminhe-se o presente ao Departamento de Instrução Processual para as devidas providências, e, em seguida, ao Centro Administrativo para arquivamento definitivo.

CGA, de abril de 2018.

Ivan Francisco Fereira Agostinno
PRESIDENTE